

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES E REFORMAS PREDIAIS NO MUNICÍPIO TUCUMÃ-PA.

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

TUCUMÃ
2025/2028

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui (X) OBRA / () SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte justificativa:

A contratação de empresa especializada na execução de obras e serviços de manutenção, reforma e melhorias prediais, conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no Termo de Referência (TR), enquadra-se no conceito de **OBRA**, segundo o Art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021. Este artigo define obra como "toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel".

As intervenções de reforma e melhorias prediais, em sua essência, implicam em alterações substanciais e inovações no espaço físico dos imóveis, como modificações de layout, ampliação de ambientes, adequações de acessibilidade (NBR 9050), modernização de instalações e acabamentos, que são elementos estruturais de grande impacto e permanência nas edificações. Embora a manutenção possa ter características de serviço, o escopo total do objeto, que visa a requalificação e aprimoramento do patrimônio predial do município, configura uma intervenção de caráter de obra.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é (X) COMUM / () ESPECIAL, sob a seguinte justificativa:

Serviços de manutenção, reforma e melhorias prediais, como os descritos, são considerados comuns quando seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado. Eles não envolvem alta complexidade técnica, metodologias inovadoras ou grande especificidade que impossibilitem a comparação objetiva entre diferentes prestadores.

O fato de ser um "Registro de Preços" também reforça essa classificação, pois essa modalidade é tipicamente utilizada para a contratação futura e eventual de bens e serviços padronizados e de natureza comum, cujos preços podem ser registrados previamente com base em critérios objetivos.

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a justificativa abaixo:

- ☒ (X) empreitada por preço unitário
- ☐ () empreitada por preço global
- ☐ () empreitada integral
- ☐ () contratação por tarefa
- ☐ () contratação integrada
- ☐ () contratação semi-integrada
- ☐ () fornecimento e prestação de serviço associado

O regime de empreitada por preço unitário é o mais adequado para o objeto desta licitação, que se trata de um Registro de Preços para "eventual contratação" de obras e serviços de manutenção, reforma e melhorias prediais. Conforme o Art. 46, I, da Lei nº 14.133/2021, neste regime, o preço é fixado por unidade determinada. O ETP, em sua Seção 1 e 3.9, e o TR, em sua Seção 11.2, enfatizam que a natureza da demanda é "recorrente e com quantitativos incertos ao longo do tempo" e que o "Município emite Ordens de Serviço conforme a demanda surgir, utilizando os preços unitários pré-determinados". A empreitada por preço unitário permite a flexibilidade e o ajuste da remuneração aos serviços realmente necessários, sendo ideal para um Registro de Preços onde os quantitativos e as localizações exatas de todas as futuras intervenções podem variar e não são conhecidos com precisão no momento da licitação.

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de engenharia, com a emissão da ART nº **PA20261500532**.

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

(☒) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

(☒) FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

(☐) FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, (☒) FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

(☒) utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (*citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção*):

Utilização das bases como ordens de preferência após SINAPI e SICRO as seguintes bases: SEDOP, SBC, SEINFRA, e ORSE.

- **SEDOP (Planilha da Secretaria de Estado de Obras Públicas do Pará):**

- **Justificativa:** É uma tabela de referência importante para empresas e órgãos públicos que precisam estimar custos e elaborar orçamento de obras. Sua utilização foi devida a ausência dos itens nas bases SINAPI e SICRO, sendo como preferência por ser do Estado do Pará, a próxima base a ser utilizada na ausência dos itens.

- **SBC (Sistema de Banco de Composições de Preços da Construção Civil):**

- **Justificativa:** O SBC é uma base orçamentária amplamente reconhecida e utilizada em orçamentos de obras no estado do Pará. Sua relevância reside no fato de possuir preços e composições de custos que refletem a realidade do mercado local e regional, considerando as particularidades de insumos, mão de obra e logística da região. A utilização do SBC garante que os custos estimados estejam alinhados com as práticas e condições de execução de obras na área de abrangência do município de Tucumã-PA, complementando lacunas e atualizando informações não plenamente contempladas nas bases nacionais.

- **ORSE (Orçamento de Obras de Sergipe):**

- **Justificativa:** Embora de outro estado, a base ORSE é uma planilha de referência de alta qualidade e vem sendo utilizada como modelo de Composições de Preços Unitários (CPU) em orçamentos da própria Caixa Econômica Federal. Sua ampla gama de serviços bem compostos e detalhados a torna uma fonte confiável para a estimativa de itens específicos ou para a validação de composições, especialmente em situações onde o SINAPI não oferece o nível de detalhamento necessário ou onde se busca uma composição de custo com melhor aderência técnica para determinado serviço de manutenção ou reforma.

- **SEINFRA (Secretaria de Infraestrutura do Ceará):**

- **Justificativa:** A base SEINFRA é reconhecida como uma base de referência para o Governo Federal, sendo amplamente utilizada em obras do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e, por consequência, aceita em convênios e financiamentos com a Caixa Econômica Federal. Sua utilização é particularmente relevante para projetos que envolvem escolas e outras edificações educacionais, garantindo que os padrões de custos estejam em conformidade com as diretrizes e expectativas de órgãos federais, o que é crucial para a transparência e a conformidade dos gastos públicos.

A combinação estratégica dessas bases orçamentárias – SINAPI e SICRO como primárias, e SBC, ORSE e SEINFRA como complementares – permite a elaboração de um orçamento estimado abrangente, preciso e devidamente contextualizado com a realidade do mercado e as exigências de órgãos fiscalizadores, garantindo a economicidade e a viabilidade da futura contratação.

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

(☒) foi/foram juntadas a(s) (☒) planilha(s) sintética(s) e a(s) (☒) planilha(s) analítica(s)

(☐) NÃO foi/foram juntadas a(s) (☐) planilha(s) sintética(s) e a(s) (☐) planilha(s) analítica(s).

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

(☒) consta nos autos.

(☐) NÃO consta nos autos.

Na presente licitação:

(☒) foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

(☐) NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

(☐) foram adotadas **apenas** composições de custos unitários oriundas do **SINAPI**, sem adaptações;

(☐) foram adotadas composições “**adaptadas**” do **SINAPI**, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

(☒) foram adotadas composições “**próprias**”, extraídas de fontes **extra-SINAPI**, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos (☒) compreendem **apenas** os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**:

(☒) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

(X) adota o parâmetro do (X) 1º quartil ou () médio ou () 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio:**

Justifica-se por uma análise criteriosa da natureza do contrato e das características dos serviços a serem prestados, visando à máxima economicidade e vantagem para a Administração Pública, sem comprometer a exequibilidade contratual.

Tratando-se de um sistema de Registro de Preços, a contratação visa atender a demandas diversas, pontuais e recorrentes, que surgirão de múltiplas secretarias municipais ao longo de um determinado período. As obras e serviços serão solicitados via emissão de Ordens de Serviço, conforme a necessidade e conveniência da Administração, e não se configuram como uma única obra de grande vulto ou escopo fixo e predeterminado em sua totalidade no momento da licitação.

Manter o BDI com percentuais mais elevados (Médio ou Terceiro Quartil), embora possa parecer justificado por um orçamento global consolidado, elevaria desnecessariamente o valor de cada contratação pontual. A somatória dos contratos parciais ao longo do tempo, sob um BDI mais alto, resultaria em um custo global maior para a Administração Pública. A adoção do Primeiro Quartil reflete a busca por uma otimização dos custos unitários registrados, proporcionando maior competitividade e economicidade em cada execução específica, o que é intrínseco à filosofia do Registro de Preços. Para a empresa contratada, o volume e a recorrência esperados de demandas, em um modelo de contratação mais ágil e previsível (pela existência de um preço registrado), compensam um percentual de BDI individualmente menor.

Os serviços a serem executados são predominantemente de manutenção rotineira e pequenas reformas prediais. Pela sua natureza, tendem a ser intervenções mais ágeis, com menor complexidade gerencial e operacional quando comparadas à construção de

edifícios novos ou obras de grande porte. A localização da maioria dos serviços dentro da zona urbana do

A localização dos serviços majoritariamente na zona urbana de Tucumã-PA também reduz os custos logísticos, de mobilização e desmobilização de equipes e equipamentos, que seriam mais elevados em obras complexas ou em locais remotos, reforçando a pertinência de percentuais mais contidos no BDI.

Em síntese, a decisão de aplicar o Primeiro Quartil na formação do BDI está perfeitamente alinhada com a modalidade de contratação (Registro de Preços, que visa flexibilidade e economicidade) e com a natureza dos serviços (manutenções e reformas prediais pontuais em ambiente urbano). Esta abordagem promove uma alocação de custos mais justa e eficiente para a Administração Pública, resultando em contratações mais vantajosas sem comprometer a exequibilidade e a atratividade do certame para empresas qualificadas.

2025/2028

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

(☒) PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

(☐) NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

(☒) foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (☒) INSUMOS e
(☒) SERVIÇOS.

(☐) NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (☐) INSUMOS e aos
(☐) SERVIÇOS, sob seguinte **justificativa**:

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência (☐) DESONERADOS ou
(☒) NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a
Administração, conforme simulação juntada aos autos.

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: (☒) observa os parâmetros do Acórdão
n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI
contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as
justificativas técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o
médio**:

Administração central: (☒) 1º quartil ou (☐) quartil médio ou (☐) 3º quartil:

Para serviços pontuais e de menor envergadura, a estrutura administrativa de apoio
necessária por parte da empresa tende a ser menos onerosa em proporção ao custo total
de cada serviço. A gestão centralizada de diversos contratos pequenos em um Registro de
Preços permite diluir os custos fixos da administração central de forma mais eficiente,
justificando a adoção de um percentual de 3,00%.

Seguro e garantia: (☒) 1º quartil ou (☒) quartil médio ou (☐) 3º quartil:

Manteve-se o padrão do quartil médio e 1º quartil por serem idênticos.

Risco: (☒) 1º quartil ou (☐) quartil médio ou (☐) 3º quartil:

O risco inerente a serviços de manutenção e reformas em edificações existentes, especialmente dentro da zona urbana do município, é consideravelmente menor em comparação a grandes construções ou obras em locais remotos. A previsibilidade é maior e os imprevistos são geralmente de menor impacto e mais facilmente gerenciáveis, validando a aplicação de um percentual de risco de 0,97%.

Despesa financeira: (☒) 1º quartil ou (☐) quartil médio ou (☐) 3º quartil:

A característica de serviços pontuais e de menor valor unitário, típica do Registro de Preços com emissão de Ordens de Serviço, pode resultar em um fluxo de pagamentos mais célere e menos dependente de grandes linhas de crédito para capital de giro. As necessidades de adiantamentos ou financiamentos de longo prazo são mitigadas, impactando positivamente na redução das despesas financeiras para 0,59%.

Lucro: (☒) 1º quartil ou (☐) quartil médio ou (☐) 3º quartil:

Embora o lucro seja essencial para a sustentabilidade da empresa, um percentual de 6,16% no Primeiro Quartil para este tipo de serviço se mostra adequado e atrativo para o mercado. A expectativa de volume e recorrência de demandas, característica do Registro de Preços, cria um ambiente favorável para que as empresas obtenham o retorno desejado, mesmo com um percentual de lucro individualmente menor por serviço, pela soma do montante de serviços a serem executados.

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, () SERÁ ou (X) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte **justificativa**:

A natureza dos serviços de manutenção, reforma e melhorias prediais envolve uma forte componente de mão de obra e serviços diversos que não se enquadra na premissa de um BDI reduzido para materiais e equipamentos. Este seria aplicável caso houvesse um fornecimento significativo e isolado de grandes volumes de materiais, o que não é o caso do objeto em tela. A contratação abrange um conjunto integrado de obras e serviços onde o custo de materiais é parte integrante do serviço executado, não justificando a aplicação de um BDI diferenciado.

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

(X) FOI juntado aos autos

() NÃO foi juntado aos autos.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

(X) DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

() NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

13. PROJETO EXECUTIVO

(☒) FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

(☐) NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, (☐) ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (☒) CREA e/ou ao (☒) CAU e/ou ao (☐) CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

A exigência de registro da empresa em conselho profissional deve limitar-se ao conselho que fiscalize a "atividade básica do objeto da contratação". As obras e serviços de manutenções e reformas prediais são atividades inerentes à Engenharia Civil e Arquitetura, cuja fiscalização compete ao respectivos conselhos. Exigir o registro no CREA/CAU é essencial para assegurar que a empresa possui a habilitação legal e técnica para executar o objeto licitado, estando em conformidade com as Súmulas do TCU mencionadas na nota, que desaconselham exigências de registro que não se relacionem à atividade preponderante.

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

(☒) serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

(☒) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

ITENS DE RELEVÂNCIA							
Item	Descrição	Und	QUANT. ORÇAMENTO SINTÉTICO	VALOR ORÇAMENTO SINTÉTICO	QUANT. ATESTADO PROFISSIONAL	QUANT. ATESTADO OPERACIONAL	PESO (%)
8.1	Alvenaria tijolo de barro a cutelo	m²	4750	R\$ 415.375,00	2375	2375	2,88%
10.10	Cobertura - telha plan	m²	6450	R\$ 349.965,00	3225	3225	2,42%
10.18	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA BIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	m²	7100	R\$ 355.600,00	3550	3550	2,46%
11.3	Reboco com argamassa 1:6:Adit. Plast.	m²	10950	R\$ 373.860,00	5475	5475	2,59%
12.3	Revestimento Cerâmico Padrão Alto - incl. rejuntamento	m²	9000	R\$ 486.350,00	4500	4500	3,37%
14.1	Ponto de luz / força (c/tubul., cx. e fiação) ate 200W	pt	3200	R\$ 723.292,50	1600	1600	5,01%

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será (☒) ACEITO ou (☐) VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte **justificativa** técnica:

A jurisprudência do TCU (e.g., Acórdãos n. 170/2007, 1.631/2007) defende que "cabe aceitar o somatório de atestados para atingimento dos quantitativos mínimos dos serviços demandados na capacitação técnico-operacional do licitante". A vedação do somatório é uma "medida excepcional" aplicável apenas em situações de "maior complexidade técnica, devidamente justificadas", onde o somatório não comprovaria a capacidade integral necessária.

As obras de reforma e manutenções prediais, são frequentemente executadas em múltiplas etapas, e a experiência adquirida em diversas obras similares contribui cumulativamente para a capacidade da empresa. Aceitar o somatório de atestados fomenta

a **ampla competitividade** do certame, permitindo que um maior número de empresas qualificadas, que tenham experiência em diferentes projetos, possam participar, sem comprometer a segurança da contratação.

Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

(☐) NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

(☒) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Para o cargo de engenheiros civis/Arquitetos:

(☒) SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

A Lei nº 14.133/2021 (art. 67, § 1º) expressamente admite a exigência de atestados com quantidades mínimas tanto para os comprovantes de qualificação técnico-profissional quanto técnico-operacional.

As obras de reforma e manutenções prediais, são frequentemente executadas em múltiplas etapas, e a experiência adquirida em diversas obras similares contribui cumulativamente para a capacidade da empresa. Aceitar o somatório de atestados fomenta a **ampla competitividade** do certame, permitindo que um maior número de empresas qualificadas, que tenham experiência em diferentes projetos, possam participar, sem comprometer a segurança da contratação.

Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão abaixo elencados:

Para o cargo de engenheiro civil os quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% conforme tabela abaixo:

ITENS DE RELEVÂNCIA							
Item	Descrição	Und	QUANT. ORÇAMENTO SINTÉTICO	VALOR ORÇAMENTO SINTÉTICO	QUANT. ATESTADO PROFISSIONAL	QUANT. ATESTADO OPERACIONAL	PESO (%)
8.1	Alvenaria tijolo de barro a cutelo	m²	4750	R\$ 415.375,00	2375	2375	2,88%
10.10	Cobertura - telha plan	m²	6450	R\$ 349.965,00	3225	3225	2,42%
10.18	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA BIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	m²	7100	R\$ 355.600,00	3550	3550	2,46%
11.3	Reboco com argamassa 1:6:Adit. Plast.	m²	10950	R\$ 373.860,00	5475	5475	2,59%
12.3	Revestimento Cerâmico Padrão Alto - incl. rejuntamento	m²	9000	R\$ 486.350,00	4500	4500	3,37%
14.1	Ponto de luz / força (c/tubul., cx. e fiação) ate 200W	pt	3200	R\$ 723.292,50	1600	1600	5,01%

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, (X) SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

Conforme o art. 67, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, é permitida a exigência de "indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos" para a execução do objeto. Para as obras deste objeto, é crucial que a empresa licitante comprove a disponibilidade de:

- Pessoal técnico com qualificação específica: Considerando a execução do objeto, será exigida a disponibilidade de profissionais correspondentes no quadro técnico que comprovem a execução da tabela de acervos de relevância.

A exigência desses profissionais não é uma mera formalidade, mas uma garantia de que a contratada possui os meios humanos necessários para executar a obra de forma segura, eficiente e com a qualidade esperada.

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será (☒) FACULTATIVA ou (☐) OBRIGATÓRIA, e o licitante (☒) PODERÁ ou (☐) NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

A Lei nº 14.133/2021 (art. 63, § 2º) **não admite mais a obrigatoriedade de vistoria prévia**. Ela "determina que o edital de licitação sempre deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação".

2025/2028

Portanto, para as obras e serviços de manutenções e reformas prediais, a vistoria será FACULTATIVA, e o licitante PODERÁ substituí-la por uma declaração. Isso promove a competitividade do certame, ao remover uma barreira que poderia dificultar a participação de empresas de outras localidades, sem comprometer a responsabilidade, uma vez que a declaração do responsável técnico assume o conhecimento necessário das condições do local de execução.

16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado (☒) NÃO ADMITIU ou (☐) ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e **justificativas** técnicas:

É fundamental ressaltar que a subcontratação parcial na presente licitação, que tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE**

EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES E REFORMAS PREDIAIS NAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE TUCUMÃ/PA, será VEDADA. Esta decisão é amparada por robustas razões técnicas, administrativas e de gestão contratual, visando otimizar a execução dos serviços, garantir a integridade das edificações públicas e assegurar a máxima responsabilidade da contratada principal, em conformidade com o espírito da Lei nº 14.133/2021.

Justificativas para a Vedação da Subcontratação Parcial:

- **Natureza Dinâmica e Variável do Objeto (Registro de Preços):** A contratação por Registro de Preços, por sua essência, destina-se a atender a demandas futuras, eventuais e com quantitativos incertos, que surgirão de múltiplas edificações públicas do município de Tucumã-PA. Cada Ordem de Serviço emitida envolverá manutenções e reformas prediais diversas e pontuais. A fragmentação dessas intervenções, já variáveis por natureza, por meio da subcontratação, criaria uma complexidade insustentável na coordenação, fiscalização e gestão de inúmeros contratos menores ou parcelas de serviço, comprometendo a agilidade e a eficiência necessárias a essa modalidade de contratação.
- **Necessidade de Responsabilidade Unificada e Simplificação da Fiscalização:** Para garantir a coerência e a harmonização na execução dos diferentes tipos de serviços de manutenção e reforma em múltiplas unidades escolares, é crucial que uma única empresa detenha a responsabilidade integral pela coordenação e execução de todas as etapas de cada Ordem de Serviço. A introdução de subcontratados diluiria a cadeia de comando e fiscalização, gerando desafios na comunicação, na interface entre os serviços, na gestão de prazos e, principalmente, na atribuição de responsabilidades em caso de falhas ou não conformidades. A Prefeitura de Tucumã-PA busca simplificar a gestão contratual e assegurar um canal de responsabilidade claro e direto, protegendo o interesse público de potenciais divergências ou litígios entre as partes envolvidas na subcontratação.

- **Garantia de Qualidade e Padronização para o Patrimônio Público:** As edificações públicas são espaços de uso contínuo e intenso, exigindo materiais de alta qualidade e uma execução que garanta durabilidade e segurança para alunos, professores e demais servidores. A vedação da subcontratação permite que a empresa contratada, que foi avaliada em sua capacidade técnica e operacional completa durante o processo licitatório, seja a única responsável por assegurar que todos os padrões de desempenho e qualidade sejam mantidos em cada fase dos serviços demandados. Isso minimiza riscos de despadronização ou de queda na qualidade de componentes específicos que poderiam surgir com a atuação de terceiros não diretamente avaliados pela Administração.
- **Minimização de Riscos de Atrasos e Descontinuidade:** A coordenação de múltiplos subcontratados para intervenções pontuais e variáveis pode ser um fator de risco significativo para o cumprimento dos cronogramas. Eventuais problemas financeiros, operacionais ou de gestão de um subcontratado podem impactar diretamente o andamento dos serviços, causando atrasos que prejudicariam o funcionamento das instituições de ensino. A responsabilidade exclusiva do contratado principal reduz a probabilidade de descontinuidades e assegura maior controle sobre a evolução de cada serviço solicitado.
- **Mercado Apto para Contratação Única e Eficiência:** A análise de mercado local e regional para a execução de obras e serviços de manutenções e reformas prediais indica a existência de empresas no setor de engenharia civil com capacidade para assumir integralmente as demandas decorrentes de um Registro de Preços. Dessa forma, a permissão de subcontratação parcial não se mostra indispensável para ampliar a competitividade do certame, podendo, ao contrário, introduzir complexidades desnecessárias à gestão e fiscalização, sem um benefício proporcional em termos de ampliação da expertise ou da concorrência qualificada.

Portanto, a vedação da subcontratação parcial para o Registro de Preços de manutenções e reformas prediais é uma medida estratégica que visa a máxima eficiência

na gestão, a garantia de qualidade e segurança do patrimônio público, e a simplificação da cadeia de responsabilidades, assegurando que os serviços sejam executados com a integridade e o padrão exigidos pela Administração para o benefício da comunidade escolar de Tucumã-PA.

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de () CAPITAL MÍNIMO ou (x) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de (5%) por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte **justificativa** técnica:

O **Patrimônio Líquido Mínimo** é o indicador mais comum e abrangente para aferir a saúde financeira de uma empresa em licitações de obras. Conforme o art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021 permite fixar essa exigência em "até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação".

A escolha do percentual de 5% busca o equilíbrio entre garantir a solidez financeira das licitantes para a execução das obras e serviços de manutenções e reformas prediais e não restringir excessivamente a competitividade, especialmente para microempresas e empresas de pequeno porte. Se o referido percentual for fixado em seu mais alto patamar e o valor total estimado da contratação também for significativo, trará como consequência a necessidade de comprovação de patrimônio líquido elevado, o que poderá resultar na restrição à participação de interessados no certame. O percentual de 5% é um valor prudente que visa a atrair um universo maior de empresas qualificadas, mantendo a segurança da contratação.

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

() PERMITIDA a participação de consórcios. (*Não é necessário justificar*)

(x) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte **justificativa**:

A natureza dos serviços de obras, manutenções e reformas prediais, caracterizados por sua complexidade, necessidade de controle técnico rigoroso e riscos intrínsecos à construção civil, impõe que a execução seja realizada diretamente pela empresa contratada. Tais serviços envolvem:

- **Subordinação Jurídica e Hierarquia:** Um canteiro de obras e equipes de manutenção predial demandam uma estrutura de comando e controle unificada e direta. A subcontratação pode diluir essa hierarquia e dificultar a gestão eficiente e a supervisão da qualidade e do cronograma.
- **Pessoalidade e Habitualidade:** A execução contínua e a necessidade de equipes dedicadas e especializadas para garantir a excelência e a segurança das obras e reformas exigem um vínculo pessoal e habitual entre os trabalhadores e a empresa principal. A fragmentação da mão de obra através da subcontratação pode comprometer a coesão das equipes e a responsabilidade sobre o resultado final.
- **Responsabilidades Trabalhistas e Previdenciárias:** A subcontratação, em serviços de natureza contínua e com mão de obra intensiva, aumenta significativamente o risco de responsabilização subsidiária ou solidária da Administração Pública. A vedação visa proteger o ente público de passivos decorrentes de eventuais descumprimentos de obrigações trabalhistas e previdenciárias por terceiros subcontratados.
- **Aplicação das Normas Regulamentadoras (NRs):** A complexidade e os riscos inerentes à construção civil exigem a aplicação rigorosa das Normas Regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho. A fiscalização e o cumprimento dessas normas são mais eficazes quando há um único vínculo empregatício formal e direto, evitando lacunas de responsabilidade que poderiam surgir com a introdução de subcontratadas.

O entendimento dos órgãos de controle, que proíbe a intermediação de mão de obra ou a subcontratação de serviços essenciais e personalíssimos, visa assegurar a efetiva entrega do objeto contratado com a máxima qualidade e segurança jurídica.

Portanto, a vedação da subcontratação nesta licitação é uma medida prudencial e necessária para garantir a segurança jurídica da contratação, a conformidade com a legislação trabalhista e previdenciária, a integridade da execução dos serviços e a máxima qualidade das obras e reformas prediais, protegendo o interesse público e os direitos dos trabalhadores envolvidos no Município de Tucumã-PA.

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será (☒) VEDADA ou (☐) PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa**:

A vedação da participação de cooperativas em licitações de obras e serviços de manutenções e reformas prediais é a medida mais adequada e alinhada à jurisprudência do TCU e à Advocacia-Geral da União. A Súmula 281 do TCU é clara: "É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade." Os serviços de manutenções e reformas prediais exigem um alto grau de gerenciamento, supervisão e controle de equipes, com hierarquia e subordinação típicas de uma relação empregatícia.

O Parecer n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, citado na Nota Explicativa n. 19, mantém a proibição de contratação de cooperativas quando "a execução dos serviços terceirizados, por sua própria natureza, demande vínculo de emprego dos trabalhadores em relação à contratada". A natureza das atividades em um canteiro de obras e serviços de manutenções e reformas prediais implica diretamente na necessidade de subordinação e pessoalidade, tornando inviável a participação de cooperativas sob o modelo de

autogestão. Essa vedação visa proteger os valores sociais do trabalho e prevenir a responsabilização da Administração por encargos trabalhistas indevidos.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será (☒) EXIGIDA ou (☐) DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte **justificativa**:

A exigência de garantia de execução contratual é fundamental para o objeto da presente licitação, dada a relevância do valor estimado (R\$ 14.444.313,27) e os riscos inerentes à execução contínua de obras e serviços de manutenção, reforma e melhorias prediais em diversas edificações públicas. A complexidade técnica das intervenções, o impacto social (serviços em escolas, saúde, etc.) e a necessidade de assegurar a continuidade e a qualidade do serviço justificam a medida. A garantia, especialmente na modalidade seguro-garantia com cláusula de retomada (Performance Bond), conforme previsto no Art. 102 da Lei nº 14.133/2021, é crucial para mitigar riscos de paralisação, atrasos ou vícios na execução, assegurando a proteção do interesse público e do patrimônio municipal.

21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

(☐) definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

(☒) verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

(x) verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

(x) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Nesta licitação, o órgão assessorado entendeu que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam a critérios e práticas de sustentabilidade adicionais específicos ou que as especificações de sustentabilidade formais e de alta complexidade restringiriam indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa:

O presente projeto tem como objeto o Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na execução de obras e serviços de manutenções e reformas prediais nas edificações públicas do Município de Tucumã/PA. Trata-se de uma intervenção de caráter dinâmico e variável, com foco na manutenção, requalificação e adequação de diversas estruturas existentes.

Considerando a natureza e a escala das intervenções a serem realizadas, que envolvem serviços predominantemente de adequação estrutural, elétrica, hidráulica, pintura, pequenos reparos e instalação de acabamentos em edificações já construídas, o órgão assessorado compreende que as diretrizes de sustentabilidade relevantes para este tipo de projeto já estão intrinsecamente contempladas e garantidas através da aplicação das boas práticas de engenharia e arquitetura, bem como das normas técnicas e regulamentações urbanísticas e ambientais já existentes e de cumprimento obrigatório pelo Contratado.

A imposição de critérios e práticas de sustentabilidade adicionais e formais, que iriam além das exigências normais para este tipo de obra (como o correto descarte de resíduos da construção civil, uso de materiais adequados e duráveis para reparos, eficiência energética em sistemas de iluminação e ventilação já existentes e manejo de águas pluviais), seria desproporcional à variabilidade e ao perfil pontual das intervenções

de manutenção e reforma. Tal medida poderia, inclusive, onerar desnecessariamente o processo licitatório e restringir a competitividade do certame, afastando microempresas e empresas de pequeno e médio porte que, embora plenamente capazes de executar os serviços com qualidade e respeito às normas gerais, poderiam não dispor das certificações ou da estrutura para atender a requisitos de sustentabilidade mais complexos, desenvolvidos para projetos de construção de grande porte ou com impactos ambientais mais específicos.

Entende-se que a sustentabilidade para este Registro de Preços será assegurada pela conformidade com a legislação ambiental e urbanística aplicável a cada serviço demandado, pela adoção de soluções de projeto que visam a durabilidade, a funcionalidade e o baixo impacto, e pela garantia da acessibilidade universal, conforme verificado e disposto nas especificações técnicas dos serviços a serem contratados. A ênfase é na manutenção e aprimoramento de espaços públicos que, por sua própria existência e qualidade, contribuem para o desenvolvimento social e a qualidade de vida da comunidade escolar.

2025/2028

Tucumã (PA), 04 de março de 2026

GABRIEL COELHO DURAES

ENGENHEIRO CIVIL CREA-PA: 152353555-5

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ-PA